



PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA

Rua Albertina Xavier Pires, Nº 239, Centro Tabira – PE CEP: 56780-000

Tel: (87) 3847-1163 / 1156

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 10.349.041/0001-41, doravante denominado simplesmente ORC, torna público, para conhecimento dos interessados, que **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE**, realizará licitação na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço do item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste edital. **Lei complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e demais legislação, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

ÓRGÃOS INTERESSADO:	SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTOS
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	13H:00M DO DIA 13/03/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	13H:00M DO DIA 22/03/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 27/03/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08H:30M DO DIA 27/03/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

DATA DA SESSÃO: 27/03/2024

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS em: www.portaldecompraspublicas.com.br

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O Edital estará disponível gratuitamente na página eletrônica da PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE através do link: <https://www.tabira.pe.gov.br/> e nos seguintes endereços eletrônicos; e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [https://www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação;



receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a Senhora Prefeita MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO e propor a homologação.

1. DO OBJETO.

1.1. A presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor valor por lance em ITEM ofertado tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA E DEMAIS SECRETARIAS LIGADAS A ESFERA MUNICIPAL. Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, Exceto o item 121 (cento e vinte e um) terá Ampla Concorrência.** Em conformidade com os modelos e características do Termo de Referência deste Edital - Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.2. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação 2024:

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.200 Secretaria Municipal de Administração
Ação: 04.122.2001.2.007 - Manutenção dos Atividades da Administração Geral
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.400 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Ação: 15.451.2006.2.062 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras e Urbanismo
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.500 Secretaria Municipal de Agricultura
Ação: 20.608.2010.2.071 - Gestão Administrativa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.600 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte
Ação: 13.392.2001.2.073 - Gestão Administrativa da Secretaria de Cultura Artes e Desportos
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.900 Secretaria Municipal de Juventude e Meio Ambiente
Ação: 18.541.2008.2.102 - Manutenção da Secretaria de Juventude e Meio-ambiente
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no preâmbulo deste Edital. **Exceto os item 120 (cento e vinte) terá Ampla Concorrência.**

4.2. - Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, alterado pela Lei Complementar n.º 147/2014. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:**

4.2.1 - Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

4.2.2 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Tabira;

4.2.3 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

4.1.4 A empresa vencedora deverá comprovar a existência de unidade de atendimento para executar as revisões garantidas pelo fabricante.

4.2 COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.2.4 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.2.4.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.2.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.2.5 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.2.6 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.2.7 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.8 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.9 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.2.10 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



4.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1 O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.4 Valor unitário e total para cada item (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.5 Marca de cada item ofertado;

6.1.6 Fabricante de cada item ofertado;

6.1.7 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.4 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



7.2.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.4 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.28.4 Produzidos no país;

7.28.5 Produzidos por empresas brasileiras;

7.28.6 Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.7 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.5 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.4 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.5 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.4 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.5 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

Documentação obrigatória para habilitação, com fulcro **no Art. 40, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:



9.1.1 Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.5.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS), sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:



9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.9.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.9.3 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Quanto a Dívida Ativa e Certidão de Quitação de Tributos ou Certidão Conjunta) do domicílio ou sede do licitante, fornecida pela Secretaria da Receita Federal SRFB, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

9.9.4 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.5 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.9.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11.

9.9.7 **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, emitida pela Junta comercial do Estado, para os participantes dos itens exclusivos.

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em **processo judicial eletrônico e físico**, com data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

9.10.1.1 As empresas que sejam do Estado de Pernambuco além de apresentar a certidão negativa de processos cíveis física, devem emitir a certidão negativa de processos cíveis em 1º grau (PJE) para pessoa jurídica, para licitação no site: (<https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>);

Observação: De acordo com a Instrução Normativa nº 1.124 de 06 de novembro de 2015, do Exmº. Sr. Presidente do TJPE, publicado no DOJ de 09/11/2015, a partir do dia 15/02/2016 passa a ser obrigatório o PJe (Processo Judicial Eletrônico) nas Varas Cíveis.

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2022 ou 2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da



proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

Observação: serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados.

9.10.2.1 - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.2 - Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.3 - Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 – 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.4 - Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.2.5 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

b) Índice de Liquidez Geral

$$ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

*Exigível Total = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo.

9.10.3 - Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, Prefeitura Municipal de Tabira se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

9.10.4 - Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura;

9.10.5 - Ficam as empresas MEI – Microempreendedor Individual dispensadas de apresentar o constante no subitem 9.4.2, no que tange ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.



9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa com fulcro no § 1º, art. 43, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regulariza.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, após o prazo de abertura de negociação, sob pena de desclassificação o não envio, demonstrando a falta de interesse em assumir os itens, a mesmo deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da



Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

[...] omissis

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou **se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado**, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação será de **03 (três) meses** contados da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, quando for o caso será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



19 DO PAGAMENTO.

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 20.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;
- 20.1.3 apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 causar o atraso na execução do objeto;
- 20.1.5 não manter a proposta;
- 20.1.6 falhar na execução do contrato;
- 20.1.7 fraudar a execução do contrato;
- 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.9 declarar informações falsas; e
- 20.1.10 cometer fraude fiscal.

20.2. O atraso injustificado ou retardamento no fornecimento objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com **A SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTOS**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo N° 87, da Lei N° 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE TABIRA**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do **MUNICÍPIO DE TABIRA**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. N° 87 da Lei N° 8.666/93, c/c art. N° 7° da Lei N° 10.520/02 e art. N° 14 do Decreto N° 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;



c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1 **Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.9 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.10 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.11 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, com fulcro no **Art. 47, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 **A SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTOS**, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1 A anulação do pregão induz à do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.tabira.pe.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos na **Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão**, no



Endereço Rua Albertina Xavier Pires, 239 Centro Tabira-PE, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 13:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;
- ANEXO IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- ANEXO V** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
- ANEXO VI** – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
- ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- ANEXO IX** – MINUTA DO CONTRATO;

Tabira-PE, 12 de março de 2024.

Gustavo Souza de Melo
Pregoeiro

Maria Claudenice Pereira de Melo Cristóvão
Prefeita



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETIVO.

1.1. A presente licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo menor valor por lance do item ofertado que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA E DEMAIS SECRETARIAS LIGADAS A ESFERA MUNICIPAL. Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, Exceto o item 121 (cento e vinte e um) terá Ampla Concorrência.** Em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
1	ABRACADEIRA TIPO U 1 32 mm	ud	18	R\$ 1,25	R\$ 22,50
2	ABRACADEIRA TIPO U 1.1/2 50 mm	ud	10	R\$ 1,75	R\$ 17,50
3	ABRACADEIRA TIPO U 3/4 25 mm	ud	10	R\$ 0,80	R\$ 8,00
4	ACAL HIDRATADO P/PINTURA SACO COM 10kg	ud	250	R\$ 18,03	R\$ 4.507,50
5	ADAPTADOR FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA 25 mm	ud	10	R\$ 9,30	R\$ 93,00
6	ADAPTADOR FLANGE SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA 50 mm	ud	10	R\$ 18,40	R\$ 184,00
7	ADESIVO EPX 1 kg	ud	5	R\$ 87,00	R\$ 435,00
8	ADESIVO PVC 75G	ud	20	R\$ 6,69	R\$ 133,80
9	ALAVANCA 7/8 X 1,5 mt	ud	5	R\$ 170,00	R\$ 850,00
10	ALICATE PORTA ELETRODO DE 500a PROFISSIONAL	ud	2	R\$ 37,50	R\$ 75,00
11	ALIZAR DE PORTA	mt	50	R\$ 75,00	R\$ 3.750,00
12	ARAME FARPADO 500 m	ud	15	R\$ 415,00	R\$ 6.225,00
13	ARAME GALVANIZADO FIO 16	kg	70	R\$ 21,00	R\$ 1.470,00
14	ARAME RECUZIDO 18	kg	50	R\$ 19,59	R\$ 979,50
15	AREIA FINA	m³	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
16	AREIA GROSSA	m³	200	R\$ 95,00	R\$ 19.000,00
17	ARGAMASSA ACI SACO 20kg	ud	50	R\$ 14,94	R\$ 747,00
18	ASSENTO UNIVERSAL ALMOFADADO	ud	10	R\$ 69,12	R\$ 691,20
19	ASSENTO UNIVERSAL SIMPLES	ud	10	R\$ 38,00	R\$ 380,00
20	BACIA CONVENCINONAL BRANCA	ud	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
21	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACLOPADA	ud	15	R\$ 406,50	R\$ 6.097,50
22	BALDE DE 100L	ud	20	R\$ 74,00	R\$ 1.480,00
23	BALDE P/ PINTURA 15LT	ud	15	R\$ 15,90	R\$ 238,50
24	BARRA CHATA 1/2	mt	10	R\$ 26,00	R\$ 260,00
25	BARRA CHATA 3/4	mt	10	R\$ 38,00	R\$ 380,00
26	BARRA ROSCAVEL 1/4	ud	10	R\$ 6,85	R\$ 68,50
27	BARRA ROSCAVEL 3/16	ud	10	R\$ 6,35	R\$ 63,50
28	BARRA ROSCAVEL 3/4	ud	10	R\$ 65,00	R\$ 650,00
29	BARRA ROSCAVEL 3/8	ud	10	R\$ 12,13	R\$ 121,30
30	BARRA ROSCAVEL 5/16	ud	10	R\$ 8,95	R\$ 89,50
31	BARRO PARA CONSTRUÇÃO	m³	80	R\$ 95,00	R\$ 7.600,00
32	BARROTE 6 X 6 cm	mt	50	R\$ 13,65	R\$ 682,50
33	BISNAGA DE TINTA	ud	30	R\$ 6,19	R\$ 185,70
34	BITS PONTEIRA FENDA P/ PARAFUSADEIRA	ud	10	R\$ 8,50	R\$ 85,00
35	BITS PONTEIRA PHILIPS P/ PARAFUSADEIRA	ud	10	R\$ 8,50	R\$ 85,00
36	BLOCO DE CIMENTO 20X40 cm	ud	20000	R\$ 2,60	R\$ 52.000,00
37	BOCAL SOQUETE LÂMPADA E27 2a C/ RABICHO	ud	10	R\$ 3,50	R\$ 35,00
38	BOCAL SOQUETE LÂMPADA E27 SEM RABICHO	ud	30	R\$ 3,43	R\$ 102,90
39	BOTA EM COURO COM SOLADO DE PNEU	ud	50	R\$ 64,00	R\$ 3.200,00
40	BOTA PARA EPI SOLADO PU	ud	50	R\$ 59,20	R\$ 2.960,00
41	BOTA PVC BRANCA CANA LONGA	ud	30	R\$ 59,00	R\$ 1.770,00
42	BROCA AÇO RAPIDO 1/2	ud	5	R\$ 33,97	R\$ 169,85
43	BROCA AÇO RAPIDO 3/16	ud	5	R\$ 6,40	R\$ 32,00



44	BROCA AÇO RAPIDO 3/8	ud	5	R\$ 17,33	R\$ 86,65
45	BROCA DE VIDEA 10MM	ud	5	R\$ 15,75	R\$ 78,75
46	BROCA DE VIDEA 8MM	ud	5	R\$ 11,47	R\$ 57,35
47	BROXAS P/ PINTURA RETANGULAR	ud	40	R\$ 7,35	R\$ 294,00
48	BUCHA DE PARAFUSO 10mm	ud	30	R\$ 0,40	R\$ 12,00
49	BUCHA DE PARAFUSO 12mm	ud	30	R\$ 0,55	R\$ 16,50
50	BUCHA DE PARAFUSO 6mm	ud	30	R\$ 0,25	R\$ 7,50
51	BUCHA DE PARAFUSO 8mm	ud	50	R\$ 0,31	R\$ 15,50
52	BUCHA DE REDUÇÃO 25X20 SOLDÁVEL CURTA	ud	15	R\$ 0,80	R\$ 12,00
53	BUCHA DE REDUÇÃO 32X20 SOLDÁVEL CURTA	ud	15	R\$ 2,20	R\$ 33,00
54	BUCHA DE REDUÇÃO 32X25 SOLDÁVEL CURTA	ud	15	R\$ 1,20	R\$ 18,00
55	BUCHA DE REDUÇÃO 50X40 SOLDÁVEL CURTA	ud	20	R\$ 4,75	R\$ 95,00
56	BUCHA DE REDUÇÃO 60X50 SOLDÁVEL CURTA	ud	15	R\$ 8,00	R\$ 120,00
57	CABINHO FLEX 1.5 mm	m	300	R\$ 1,55	R\$ 465,00
58	CABINHO FLEX 2.5 mm	m	400	R\$ 2,20	R\$ 880,00
59	CABINHO FLEX DE 4 mm	m	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00
60	CABINHO FLEX DE 6 mm	m	30	R\$ 6,00	R\$ 180,00
61	CABINHO FLEXIVEL DE 25 mm	m	200	R\$ 31,50	R\$ 6.300,00
62	CABO DE ENXADA COM 1.5 mt	ud	30	R\$ 17,75	R\$ 532,50
63	CABO DE PÁ EM Y	ud	5	R\$ 18,93	R\$ 94,65
64	CABO PARA FOICE	ud	10	R\$ 18,35	R\$ 183,50
65	CABO PICARETE E CHIBANCA	ud	5	R\$ 24,00	R\$ 120,00
66	CABO PP 2 X 2,5	m	300	R\$ 6,35	R\$ 1.905,00
67	CADEADO 30 mm	m	20	R\$ 22,35	R\$ 447,00
68	CADEADO 40 mm	ud	20	R\$ 34,18	R\$ 683,60
69	CADEADO 50 mm	ud	20	R\$ 48,25	R\$ 965,00
70	CADEADO 60 mm	ud	20	R\$ 82,50	R\$ 1.650,00
71	CAIBRO	m	200	R\$ 6,25	R\$ 1.250,00
72	CAIXA D'ÁGUA 1000L POLIETILENO	ud	3	R\$ 528,50	R\$ 1.585,50
73	CAIXA D'ÁGUA 500L POLIETILENO	ud	10	R\$ 302,50	R\$ 3.025,00
74	CAIXA D'AGUA 10000L POLIETILENO	ud	3	R\$ 7.000,00	R\$ 21.000,00
75	CAIXA D'AGUA 2000L POLIETILENO	ud	3	R\$ 1.215,00	R\$ 3.645,00
76	CAIXA DE LUZ OCTOGONAL 4x4	ud	20	R\$ 4,25	R\$ 85,00
77	CAIXA DE LUZ PAREDE 4x2	ud	50	R\$ 1,80	R\$ 90,00
78	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA	ud	10	R\$ 152,50	R\$ 1.525,00
79	CAIXA DE MEIDÇAO MONOFÁSICA	ud	10	R\$ 48,50	R\$ 485,00
80	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,62	ud	10	R\$ 169,41	R\$ 1.694,10
81	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,72	ud	10	R\$ 169,41	R\$ 1.694,10
82	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2.10 X 0.82	ud	5	R\$ 169,41	R\$ 847,05
83	CAIXA DE PORTA DE MADEIRA 2.10 X 0.92	ud	10	R\$ 189,41	R\$ 1.894,10
84	CAIXA SIFONADA 100 X 75 X 75 mm QUADRADA	ud	5	R\$ 40,00	R\$ 200,00
85	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100 X 100 X 50 mm	ud	10	R\$ 17,50	R\$ 175,00
86	CAIXA SIFONADA REDONDA 100 X 100 X 50 mm	ud	5	R\$ 18,00	R\$ 90,00
87	CAIXOTE PLÁSTICO 150L PARA MASSA	ud	3	R\$ 255,00	R\$ 765,00
88	CAIXOTE PLÁSTICO 500L PARA MASSA	ud	5	R\$ 510,00	R\$ 2.550,00
89	CÂMARA DE AR P/ CARRO DE MÃO 3.5 X 8	ud	5	R\$ 32,25	R\$ 161,25
90	CANALETA BARRA C/ ADESIVO PARA FIXAÇÃO 2 X 1 X 200 cm	ud	10	R\$ 9,12	R\$ 91,20
91	CANALETA C/ ADESIVO 2 X 1,2 X 200 cm SISTEMA X	ud	10	R\$ 11,62	R\$ 116,20
92	CANALETA C/ TAMPA E DIVISÃO 4 cm	ud	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
93	CANO PVC 20 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	100	R\$ 18,27	R\$ 1.827,00
94	CANO PVC 25 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	50	R\$ 24,30	R\$ 1.215,00
95	CANO PVC 32 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	40	R\$ 52,20	R\$ 2.088,00
96	CANO PVC 50 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	10	R\$ 73,50	R\$ 735,00
97	CANO PVC 60 mm SOLDÁVEL COM 6 m	ud	40	R\$ 207,00	R\$ 8.280,00
98	CANO PVC ESGOTO 100 mm COM 6 m	ud	200	R\$ 82,00	R\$ 16.400,00
99	CANO PVC ESGOTO 150 mm COM 6 m	ud	50	R\$ 209,00	R\$ 10.450,00
100	CANO PVC ESGOTO 200 mm COM 6 m	ud	10	R\$ 511,00	R\$ 5.110,00
101	CANO PVC ESGOTO 40 mm COM 6 m	ud	20	R\$ 35,40	R\$ 708,00
102	CANO PVC ESGOTO 50 mm COM 6 m	ud	10	R\$ 56,70	R\$ 567,00
103	CANTONEIRA L DE FERRO 1 X 1/8 BARRA COM 6 m	ud	10	R\$ 71,00	R\$ 710,00



104	CAPACETE DE SEGURANÇA EPI	ud	5	R\$ 15,90	R\$ 79,50
105	CARRINHO DE MÃO 60LT C/ PNEU DE CÂMARA COMPLETO	ud	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
106	CATALIZADOR 30g	ud	3	R\$ 8,00	R\$ 24,00
107	CAVADEIRA ARTICULADA C/ CABO DE 1.20 mt	ud	5	R\$ 96,13	R\$ 480,65
108	CHAPA AÇO 16	mt	10	R\$ 355,00	R\$ 3.550,00
109	CHAPA AÇO 18	mt	20	R\$ 294,00	R\$ 5.880,00
110	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 10 mm 2.44 X 1.70 m	ud	20	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00
111	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 15 mm 2.44 X 1.70 m	ud	20	R\$ 240,00	R\$ 4.800,00
112	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 20 mm 2.44 X 1.70 m	ud	20	R\$ 285,00	R\$ 5.700,00
113	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADO 3 mm 2.44 X 1.70 m	ud	10	R\$ 130,00	R\$ 1.300,00
114	CHAPA DE ZINCO 100 cm	mt	10	R\$ 55,50	R\$ 555,00
115	CHAPA DE ZINCO 70 cm	mt	10	R\$ 40,90	R\$ 409,00
116	CHAPA DE ZINCO 80 cm	mt	10	R\$ 46,00	R\$ 460,00
117	CHIBANCA COM CABO	ud	30	R\$ 116,00	R\$ 3.480,00
118	CHUVEIRO 4 POL. COM BRAÇO PLÁSTICO	ud	5	R\$ 7,90	R\$ 39,50
119	CILINDRO COM CHAVE PRA FECHADURA EXTERNA	ud	5	R\$ 27,50	R\$ 137,50
120	CIMENTO CP2 Z 32 SACO COM 50 kg	ud	3000	R\$ 37,50	R\$ 112.500,00
121	COLA ADESIVO PARA CANO PVC 175g	ud	30	R\$ 16,00	R\$ 480,00
122	COLA ADESIVO PARA CANO PVC 17g	ud	30	R\$ 2,68	R\$ 80,40
123	COLA ADESIVO PVA BRANCA 1 kg	kg	200	R\$ 22,50	R\$ 4.500,00
124	COLETE REFLETIVO DE SEGURANÇA PARA USO INDIVIDUAL	ud	10	R\$ 30,00	R\$ 300,00
125	COLHER DE PEDREIRO 10 pol.	ud	5	R\$ 35,75	R\$ 178,75
126	CONE SINALIZAÇÃO PVC TRÂNSITO SEGURANÇA LARANJA E BRANCO 75 cm	ud	10	R\$ 57,00	R\$ 570,00
127	CONE SINALIZAÇÃO PVC TRÂNSITO SEGURANÇA PRETO E AMARELO 75 cm	ud	20	R\$ 101,00	R\$ 2.020,00
128	CONECTOR P/ HASTE 1/2	ud	10	R\$ 3,30	R\$ 33,00
129	CONTRAVERGA	Ud	50	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
130	CONTRA FERRUGEM	ud	5	R\$ 17,50	R\$ 87,50
131	CORANTE PIGMENTO LÍQUIDO 50 ml	ud	5	R\$ 6,94	R\$ 34,70
132	CORANTE PIGMENTO PÓ 500g	ud	20	R\$ 29,50	R\$ 590,00
133	CORDA DE NYLON 10 mm	mt	25	R\$ 1,65	R\$ 41,25
134	CORDA DE SEDA 10 mm	mt	50	R\$ 1,65	R\$ 82,50
135	CORDA DE SEDA 12 mm	mt	30	R\$ 2,05	R\$ 61,50
136	CORDA DE SEDA 14 mm	mt	25	R\$ 2,67	R\$ 66,75
137	CORDA DE SEDA 2,5 mm	mt	10	R\$ 0,53	R\$ 5,30
138	CORDA DE SEDA 4 mm	mt	10	R\$ 0,79	R\$ 7,90
139	CORDA DE SEDA 8 mm	mt	10	R\$ 1,23	R\$ 12,30
140	CORRENTE DE FERRO GALV. 5 mm	mt	50	R\$ 25,50	R\$ 1.275,00
141	CORRENTE DE FERRO GALV. 6 mm	mt	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
142	CORRUGADO CONDUITE 3/4	mt	30	R\$ 1,74	R\$ 52,20
143	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO	ud	10	R\$ 76,50	R\$ 765,00
144	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA CABO EM MADEIRA 12 X 24 cm	ud	5	R\$ 40,75	R\$ 203,75
145	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA CABO EM MADEIRA 12 X 35 cm	ud	5	R\$ 44,44	R\$ 222,20
146	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA CABO EM MADEIRA 12 X 40 cm	ud	5	R\$ 51,65	R\$ 258,25
147	DESEMPENADEIRA PVC 18 X 30 cm	ud	5	R\$ 18,40	R\$ 92,00
148	DISCO DE CORTE 14" POLEGADAS PARA METAL	ud	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
149	DISCO DE CORTE 4" POLEGADAS PARA METAL	ud	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
150	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 110 mm	ud	15	R\$ 21,75	R\$ 326,25
151	DISCO DIAMANTADO 7" POLEGADAS	ud	15	R\$ 50,00	R\$ 750,00



152	DISCO SERRA CIRCULAR P/ MADEIRA 36 DENTES 7" POLEGADAS	ud	15	R\$ 47,50	R\$ 712,50
153	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 16a ATÉ 32a	ud	20	R\$ 11,13	R\$ 222,60
154	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 16a ATÉ 32a	ud	10	R\$ 58,00	R\$ 580,00
155	DOBRADIÇAS 3.1/2 PORTA	ud	10	R\$ 3,80	R\$ 38,00
156	DOBRADIÇAS CHUMBAR 4" POL	ud	10	R\$ 9,41	R\$ 94,10
157	ELETRODO DE SOLDA 2.5 mm	kg	50	R\$ 21,00	R\$ 1.050,00
158	ELETRODO DE SOLDA 4 mm	kg	80	R\$ 21,30	R\$ 1.704,00
159	ENGATE FLEXÍVEL PVC 40 cm	ud	10	R\$ 5,30	R\$ 53,00
160	ENGATE FLEXÍVEL PVC 50 cm	ud	15	R\$ 7,75	R\$ 116,25
161	ENGATE FLEXÍVEL PVC 60 cm	ud	10	R\$ 9,50	R\$ 95,00
162	ENXADA LARGA COM CABO	ud	30	R\$ 69,00	R\$ 2.070,00
163	ESCADA ARTICULADA 13 EM 1 ALUMÍNIO 4X3	ud	1	R\$ 840,00	R\$ 840,00
164	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS	ud	3	R\$ 232,50	R\$ 697,50
165	ESCADA DE ALUMÍNIO 6 DEGRAUS	ud	2	R\$ 252,50	R\$ 505,00
166	ESCOVA DE AÇO	ud	5	R\$ 9,50	R\$ 47,50
167	ESMERILHADEIRA ANGULAR 7POL.	ud	1	R\$ 890,00	R\$ 890,00
168	ESPATULA DE AÇO CROMADA 10 cm	ud	5	R\$ 9,35	R\$ 46,75
169	ESTACA DE CONCRETO	ud	50	R\$ 27,50	R\$ 1.375,00
170	ESTANTE DE AÇO COM PLATELEIRAS	ud	5	R\$ 270,00	R\$ 1.350,00
171	ESTRIBO DE AÇO 4,2 mm 17X17	ud	100	R\$ 0,98	R\$ 98,00
172	ESTRIBO DE AÇO 4,2 mm 7X17	ud	100	R\$ 0,78	R\$ 78,00
173	FECHADURA EXTERNA	ud	10	R\$ 61,00	R\$ 610,00
174	FECHADURA INTERNA	ud	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
175	FECHADURA P/ PORTÃO DE SOBREPOR	ud	10	R\$ 58,00	R\$ 580,00
176	FITA CREPE 19 mm X 50 m	ud	30	R\$ 5,65	R\$ 169,50
177	FITA DEMARCAÇÃO 7 cm X 200 mt AMARELA/PRETA	ud	30	R\$ 18,25	R\$ 547,50
178	FITA DUPLA FACE 12 mm	m	20	R\$ 4,00	R\$ 80,00
179	FITA ISOLANTE 10 mt	ud	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
180	FITA ISOLANTE 20 mt	ud	40	R\$ 8,35	R\$ 334,00
181	FITA VEDA ROSCA 12 mm X 10 mt	ud	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00
182	FIXADOR DE TINTA 50 g	ud	5	R\$ 19,00	R\$ 95,00
183	FOICE ROÇADEIRA ABERTA SEM CABO	ud	5	R\$ 31,40	R\$ 157,00
184	FOICE ROÇADEIRA SEM CABO	ud	5	R\$ 33,90	R\$ 169,50
185	FORRO DE PVC BRANCO FRISADO 200 X 8 mm - RÉGUA 4 mts	ud	50	R\$ 24,25	R\$ 1.212,50
186	FORRO DE PVC BRANCO FRISADO 200 X 8 mm - RÉGUA 6 mts	ud	70	R\$ 35,50	R\$ 2.485,00
187	FORRO DE PVC BRANCO LISO 200 X 8 mm - RÉGUA 6 mts	ud	20	R\$ 19,50	R\$ 390,00
188	FURADEIRA 700X220W	ud	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
189	FURADEIRA BOCH	ud	1	R\$ 554,00	R\$ 554,00
190	GESSO RÁPIDO PADRÃO 40 kg	ud	70	R\$ 21,60	R\$ 1.512,00
191	GRAMPO PARA CERCAS DE ARAME FARPADO	kg	20	R\$ 23,50	R\$ 470,00
192	HASTE DE ATERRAMENTO 1/2X 1,2 mts	ud	5	R\$ 13,18	R\$ 65,90
193	INTERTRAVADO 8CM	ud	20000	R\$ 1,60	R\$ 32.000,00
194	INTERTRAVADO 6CM	ud	20000	R\$ 1,32	R\$ 26.400,00
195	IMPERMEABILIZANTE LT	ud	10	R\$ 18,40	R\$ 184,00
196	IMPERMEABILIZANTE TECPLUS TOP QUARTZOLIT 18 kg	ud	40	R\$ 92,50	R\$ 3.700,00
197	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO COM TOMADA 10a COM PLACA 4 X 2	ud	10	R\$ 12,13	R\$ 121,30
198	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO COM TOMADA 20a COM PLACA 4 X 2	ud	10	R\$ 13,63	R\$ 136,30
199	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES COM TOMADA 20a COM PLACA	ud	20	R\$ 17,75	R\$ 355,00
200	JANELA ALUMÍNIO 1.00 X 0.80	ud	5	R\$ 172,50	R\$ 862,50
201	JANELA ALUMÍNIO 1.00 X 1.00	ud	10	R\$ 215,00	R\$ 2.150,00
202	JOELHO COTOVELO 90° LR SOLDÁVEL COM ROSCA 20 mm X 1/2	ud	50	R\$ 1,60	R\$ 80,00



203	JOELHO COTOVELO 90° LR SOLDÁVEL COM ROSCA 25 mm X 1/2	ud	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00
204	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 100 mm	ud	50	R\$ 6,35	R\$ 317,50
205	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 150 mm	ud	2	R\$ 59,00	R\$ 118,00
206	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 200 mm	ud	1	R\$ 158,00	R\$ 158,00
207	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 40 mm	ud	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50
208	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 45° 75 mm	ud	10	R\$ 7,90	R\$ 79,00
209	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 100 mm	ud	100	R\$ 5,50	R\$ 550,00
210	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 150 mm	ud	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
211	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 200 mm	ud	1	R\$ 135,00	R\$ 135,00
212	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 40 mm	ud	10	R\$ 1,75	R\$ 17,50
213	JOELHO COTOVELO PVC ESGOTO 90° 75 mm	ud	10	R\$ 5,30	R\$ 53,00
214	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 20 mm	ud	15	R\$ 1,16	R\$ 17,40
215	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 25 mm	ud	15	R\$ 1,88	R\$ 28,20
216	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 32 mm	ud	15	R\$ 5,30	R\$ 79,50
217	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 45° 50 mm	ud	15	R\$ 9,45	R\$ 141,75
218	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 20 mm	ud	100	R\$ 0,68	R\$ 68,00
219	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 25 mm	ud	20	R\$ 0,79	R\$ 15,80
220	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 32 mm	ud	20	R\$ 2,75	R\$ 55,00
221	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 50 mm	ud	20	R\$ 4,50	R\$ 90,00
222	JOELHO COTOVELO PVC SOLDÁVEL 90° 60 mm	ud	20	R\$ 28,50	R\$ 570,00
223	KIT DE BANHEIRO SIMPLES	ud	5	R\$ 61,00	R\$ 305,00
224	KIT REPARO DE REGISTRO PRESSÃO CHUVEIRO	ud	5	R\$ 65,00	R\$ 325,00
225	KIT REPARO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA	ud	5	R\$ 94,50	R\$ 472,50
226	LAMBRIL GALVANIZADO	ud	15	R\$ 167,50	R\$ 2.512,50
227	LAJE PREMOLDADA	m²	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
228	LAMINA DE SERRA 300 mm	ud	10	R\$ 12,77	R\$ 127,70
229	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA	ud	5	R\$ 200,50	R\$ 1.002,50
230	LAVATÓRIO DE LOUÇA SUSPENÇÃO BRANCO	ud	5	R\$ 95,00	R\$ 475,00
231	LINHA DE MADEIRA 5 X 10 CM	mt	200	R\$ 105,00	R\$ 21.000,00
232	LINHA DE MADEIRA 5 X 15 CM	mt	100	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00
233	LINHA DE MADEIRA 5 X 20 CM	mt	50	R\$ 245,00	R\$ 12.250,00
234	LINHA DE PEDREIRO LIZA 50MT	ud	3	R\$ 5,30	R\$ 15,90
235	LIXA DE FERRO 100 A 220	ud	50	R\$ 3,75	R\$ 187,50
236	LIXADEIRA 7POL. 1400W	ud	1	R\$ 840,00	R\$ 840,00
237	LIXEIRA CESTO BALDE GRANDE LIXÃO 60 LITROS COM TAMPA	ud	5	R\$ 135,00	R\$ 675,00
238	LUVA DE COURO CURTA (12 cm RASPA)	par	200	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
239	LUVA DE COURO LONGA (14 cm RASPA)	par	50	R\$ 23,40	R\$ 1.170,00
240	LUVA DE PVC FORRADA 45 cm	par	30	R\$ 23,90	R\$ 717,00
241	LUVA LATEX REFORÇADA G	ud	30	R\$ 7,50	R\$ 225,00
242	LUVA PIGMENTADA G	par	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
243	LUVA PVC PRETA 56 cm	ud	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
244	LUVA SOLDÁVEL 20 mm	ud	15	R\$ 0,58	R\$ 8,70
245	LUVA SOLDÁVEL 25 mm	ud	15	R\$ 0,70	R\$ 10,50
246	LUVA SOLDÁVEL 32 mm	ud	15	R\$ 2,43	R\$ 36,45
247	LUVA SOLDÁVEL 50 mm	ud	15	R\$ 4,80	R\$ 72,00
248	MAKITA (SERRA MARMORE 1.400W)	ud	1	R\$ 447,50	R\$ 447,50
249	MALHA POP 15 X 15 TELA 3 X 2 FERRO 3.4 mm	ud	10	R\$ 62,50	R\$ 625,00
250	MALHA POP 20 X 20 TELA 3 X 2 FERRO 3.4 mm	ud	10	R\$ 48,00	R\$ 480,00
251	MANGUEIRA DE JARDIM SILICONE 20 m	ud	3	R\$ 58,50	R\$ 175,50
252	MANGUEIRA DE JARDIM TRANÇADA 20 m	ud	3	R\$ 55,00	R\$ 165,00
253	MANGUEIRA SUCCÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 2 POL	mt	30	R\$ 31,00	R\$ 930,00
254	MANGUEIRA SUCCÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 3 POL	mt	5	R\$ 80,00	R\$ 400,00
255	MANGUEIRA SUCCÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 4 POL	mt	10	R\$ 142,50	R\$ 1.425,00
256	MANGUEIRA SUCCÃO AZUL ÁGUA CAMINHÃO PIPA 6 POL	mt	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
257	MANTA DE FIBRA DE VIDRO	kg	3	R\$ 19,50	R\$ 58,50



258	MAQUINA DE SOLDA 250A	ud	1	R\$ 1.125,00	R\$ 1.125,00
259	MARRETA COM CABO 1kg	ud	2	R\$ 42,50	R\$ 85,00
260	MARRETA COM CABO 5kg	ud	1	R\$ 184,50	R\$ 184,50
261	MARTELETE ROMPEDOR 16 kg	ud	1	R\$ 1.195,00	R\$ 1.195,00
262	MARTELO CABO DE FIBRA 29 mm	ud	3	R\$ 54,00	R\$ 162,00
263	MASCARA DE SOLDA COMUM	ud	2	R\$ 44,50	R\$ 89,00
264	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 lts	ud	10	R\$ 118,00	R\$ 1.180,00
265	MASSA CORRIDA PVA 25 kg	ud	10	R\$ 55,50	R\$ 555,00
266	NÍVEL PROFISSIONAL DE ALUMÍNIO DE 300 mm	ud	1	R\$ 48,90	R\$ 48,90
267	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	ud	15	R\$ 7,85	R\$ 117,75
268	PÁ DE BICO C/ CABO	ud	15	R\$ 44,50	R\$ 667,50
269	PÁ QUADRADA C/ CABO	ud	30	R\$ 44,50	R\$ 1.335,00
270	PARAF. MITTOFIX 4.0 X 40	ud	10	R\$ 0,40	R\$ 4,00
271	PARAF. MITTOFIX 5.0 X 40	ud	10	R\$ 0,49	R\$ 4,90
272	PARAFUSO 10 COM BUCHA	ud	150	R\$ 1,32	R\$ 198,00
273	PARAFUSO AUTO BROCANTE 1/4 X 3/4 SEXTAVADO	ud	30	R\$ 0,51	R\$ 15,30
274	PARAFUSO AUTO BROCANTE 4,2 X 13 PHILLIPS	ud	50	R\$ 0,14	R\$ 7,00
275	PARAFUSO LATONADO PARA VASO SANITÁRIO COM BUCHA 10 mm	ud	15	R\$ 2,00	R\$ 30,00
276	PARAFUSO LATONADO PARA VASO SANITÁRIO COM BUCHA 12 mm	ud	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00
277	PARAFUSO PHILLIPS 4.5 / 40 mm	ud	20	R\$ 0,39	R\$ 7,80
278	PARAFUSO SEXT ROSCA SUB 1/4 X 60 mm	ud	50	R\$ 0,80	R\$ 40,00
279	PARAFUSO SEXT ROSCA SUB 5/16 X 60 mm	ud	50	R\$ 1,16	R\$ 58,00
280	PASTILHA PURIFICADORA 10.000 LITROS ÁGUA POTÁVEL CLORIN C/ 25	ud	50	R\$ 152,00	R\$ 7.600,00
281	PEDRA BRITADA	m³	50	R\$ 193,00	R\$ 9.650,00
282	PEDRA MURETA	ud	2500	R\$ 4,75	R\$ 11.875,00
283	PEDRA PARALELEPÍPEDO	ud	30000	R\$ 0,95	R\$ 28.500,00
284	PEDRA RACHÃO	m³	20	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00
285	PENEIRA AREIA	ud	5	R\$ 31,00	R\$ 155,00
286	PERFIL U 2" X 2 mm BARRA	ud	10	R\$ 110,00	R\$ 1.100,00
287	PERFIL U 3" X 2 mm BARRA	ud	10	R\$ 142,50	R\$ 1.425,00
288	PERFIL U 4" X 2 mm BARRA	ud	10	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
289	PIA COZINHA 100 X 50 cm	ud	5	R\$ 118,50	R\$ 592,50
290	PIA COZINHA 120 X 55 cm	ud	5	R\$ 142,50	R\$ 712,50
291	PICARETE COM CABO	ud	10	R\$ 115,50	R\$ 1.155,00
292	PILAR 7 X 17 cm 6 mts	ud	40	R\$ 87,50	R\$ 3.500,00
293	PINO FEMEA 2P+T 10A	ud	5	R\$ 9,63	R\$ 48,15
294	PINO MACHO 2P+T 10A	ud	30	R\$ 8,75	R\$ 262,50
295	PISO CERAMICA 30 X 60 PEI 4 TIPO A	m²	40	R\$ 34,18	R\$ 1.367,20
296	PISO CERAMICA 45 X 45 PEI 4 TIPO A	m²	50	R\$ 37,24	R\$ 1.862,00
297	PISO CERÂMICO ANTIDERRAPANTE 57 X 57 cm	m²	30	R\$ 40,50	R\$ 1.215,00
298	PNEU P/CARRINHO DE MÃO COMPLETO RODA/ PNEU/ CAMARA	ud	5	R\$ 165,00	R\$ 825,00
299	PNEU RECICLADO 3.25X8/19MM3/4	ud	5	R\$ 76,50	R\$ 382,50
300	PNEU RECICLADO 3.25X8/27MM1	m²	5	R\$ 87,50	R\$ 437,50
301	PÓ DE PEDRA BRITADA	m³	10	R\$ 135,00	R\$ 1.350,00
302	PORTA MIOLO SEMI OCO 60 X 210 X 3,5 Cm	ud	10	R\$ 172,50	R\$ 1.725,00
303	PORTA MIOLO SEMI OCO 70 X 210 X 3,5 Cm	ud	10	R\$ 172,50	R\$ 1.725,00
304	PORTA MIOLO SEMI OCO 80 X 210 X 3,5 Cm	ud	10	R\$ 172,50	R\$ 1.725,00
305	PORTA MIOLO SEMI OCO 90 X 210 X 3,5 Cm	ud	10	R\$ 205,00	R\$ 2.050,00
306	PREGO 19 X 36 COM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 29,00	R\$ 870,00
307	PREGO 12 X 12 SEM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 27,50	R\$ 825,00
308	PREGO 15 X 15 SEM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 28,00	R\$ 840,00
309	PREGO 17 X 21 COM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00
310	PREGO 17 X 27 COM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 25,50	R\$ 765,00
311	PREGO 18 X 24 COM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00
312	PREGO 18 X 30 COM CABEÇA 1kg	ud	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
313	PREGO COM CABEÇA 8 X 8 1kg	ud	30	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00



314	PREGO TELHEIRO 18 X 27 500g	ud	5	R\$ 19,45	R\$ 97,25
315	PREGO TELHEIRO 18 X 30 500g	ud	5	R\$ 19,45	R\$ 97,25
316	PRUMO DE PAREDE EM AÇO 750g	ud	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
317	RASTELO 12 DENTES COM CABO	ud	10	R\$ 34,18	R\$ 341,80
318	RASTELO 12 DENTES SEM CABO	ud	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
319	RASTELO 14 DENTES COM CABO	ud	15	R\$ 38,68	R\$ 580,20
320	RASTELO 14 DENTES SEM CABO	ud	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00
321	REBITE POP ALUMÍNIO 306	ud	50	R\$ 0,64	R\$ 32,00
322	REBITE POP ALUMÍNIO 308	ud	30	R\$ 0,18	R\$ 5,40
323	REBITE POP ALUMÍNIO 310	ud	100	R\$ 0,17	R\$ 17,00
324	REBITE POP ALUMÍNIO 412	ud	30	R\$ 0,16	R\$ 4,80
325	REBITE POP ALUMÍNIO 416	ud	10	R\$ 0,20	R\$ 2,00
326	REGISTRO ESFERA METAL 2 POLEGADAS	ud	3	R\$ 210,00	R\$ 630,00
327	REGISTRO ESFERA METAL 3 POLEGADAS	ud	5	R\$ 290,00	R\$ 1.450,00
328	REGISTRO ESFERA METAL 4 POLEGADAS	ud	3	R\$ 475,00	R\$ 1.425,00
329	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 20 mm	ud	10	R\$ 5,30	R\$ 53,00
330	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 25 mm	ud	10	R\$ 6,35	R\$ 63,50
331	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 32 mm	ud	10	R\$ 11,63	R\$ 116,30
332	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 40 mm	ud	3	R\$ 18,50	R\$ 55,50
333	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 50 mm	ud	5	R\$ 20,63	R\$ 103,15
334	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL PVC 60 mm	ud	10	R\$ 41,91	R\$ 419,10
335	REGUA DE ALUMÍNIO PARA PEDREIRO 2 mts	ud	1	R\$ 59,00	R\$ 59,00
336	REJUNTE FLEXÍVEL	kg	50	R\$ 7,88	R\$ 394,00
337	RESINA EPOXI	ud	3	R\$ 87,00	R\$ 261,00
338	RIPA	mt	50	R\$ 4,10	R\$ 205,00
339	RODAFORRO PVC BARRA COM 6 mts	ud	10	R\$ 39,50	R\$ 395,00
340	ROLO DE ESPUMA 23 CM	ud	10	R\$ 13,68	R\$ 136,80
341	ROLO DE ESPUMA 9 CM	ud	10	R\$ 5,25	R\$ 52,50
342	ROLO DE PINTURA 100% LÃ DE CARNEIRO PADRÃO COM CABO 23 cm	ud	10	R\$ 24,45	R\$ 244,50
343	ROLO DE PINTURA LÃ SINTÉTICA ANTI RESPINGO COM CABO 23 cm	ud	40	R\$ 19,25	R\$ 770,00
344	SERROTE 24POL.	ud	1	R\$ 78,50	R\$ 78,50
345	SIFÃO DUPLO SANFONADO	ud	10	R\$ 14,85	R\$ 148,50
346	SIFÃO SIMPLES SANFONADO	ud	10	R\$ 6,94	R\$ 69,40
347	SOLEIRA MARMORE 60 cm	ud	5	R\$ 47,00	R\$ 235,00
348	TUBO PATENTE PRETO 2 POL. 2,0mm	ud	30	R\$ 267,50	R\$ 8.025,00
349	TUBO PATENTE GALVANIZADO 2 POL. 1,50mm	ud	30	R\$ 235,50	R\$ 7.065,00
350	TÁBUA PINUS 30 X 300 cm	mt	15	R\$ 65,00	R\$ 975,00
351	TALHADEIRA 5/8 X 12POL.	ud	3	R\$ 25,44	R\$ 76,32
352	TÊ 90° BRANCO ROSCAVEL PVC 20 mm	ud	5	R\$ 3,50	R\$ 17,50
353	TÊ 90° BRANCO ROSCAVEL PVC 25 mm	ud	10	R\$ 6,85	R\$ 68,50
354	TÊ 90° ESGOTO PVC 100 mm	ud	10	R\$ 10,10	R\$ 101,00
355	TÊ 90° ESGOTO PVC 150 mm	ud	2	R\$ 47,00	R\$ 94,00
356	TÊ 90° ESGOTO PVC 200 mm	ud	2	R\$ 266,00	R\$ 532,00
357	TÊ 90° ESGOTO PVC 40 mm	ud	5	R\$ 2,93	R\$ 14,65
358	TÊ 90° ESGOTO PVC 75 mm	ud	10	R\$ 14,75	R\$ 147,50
359	TÊ 90° SOLDÁVEL COM ROSCA CENTRAL PVC 20 mm	ud	10	R\$ 2,43	R\$ 24,30
360	TÊ 90° SOLDÁVEL COM ROSCA CENTRAL PVC 25 mm	ud	10	R\$ 3,10	R\$ 31,00
361	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 20 mm	ud	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
362	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 25 mm	ud	10	R\$ 1,23	R\$ 12,30
363	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 32 mm	ud	10	R\$ 4,40	R\$ 44,00
364	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 40 mm	ud	10	R\$ 8,41	R\$ 84,10
365	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 50 mm	ud	10	R\$ 10,10	R\$ 101,00
366	TÊ 90° SOLDÁVEL PVC 60 mm	ud	10	R\$ 42,23	R\$ 422,30
367	TELA DE GALINHA 1,5M	m	750	R\$ 17,83	R\$ 13.372,50
368	TELA POLIESTER IMPERMEABILIZAÇÃO	m	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
369	TELHA CANAL	ud	500	R\$ 0,75	R\$ 375,00
370	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 140 cm X 5 mm	ud	30	R\$ 110,00	R\$ 3.300,00



371	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 50 cm X 4 mm	ud	60	R\$ 35,50	R\$ 2.130,00
372	TELHA METALICA 600 X 110 cm	ud	30	R\$ 425,00	R\$ 12.750,00
373	TESOURA PODA PROFISSIONAL JARDINAGEM	ud	3	R\$ 59,85	R\$ 179,55
374	THINER 1L	ud	15	R\$ 19,91	R\$ 298,65
375	THINER MARCA ANJO 5 lts	ud	30	R\$ 105,88	R\$ 3.176,40
376	THINER MARCA ANJO 900 ml	ud	30	R\$ 19,91	R\$ 597,30
377	TIJOLO BLOCO 6 FUROS	ud	3000	R\$ 0,75	R\$ 2.250,00
378	TIJOLO BLOCO 8 FUROS	ud	15000	R\$ 0,75	R\$ 11.250,00
379	TIJOLO MACIÇO	ud	2000	R\$ 0,32	R\$ 640,00
380	TINTA DE PISO 15 lt	ud	30	R\$ 208,50	R\$ 6.255,00
381	TINTA DE PISO 900ML	ud	10	R\$ 24,25	R\$ 242,50
382	TINTA DE PISO COM 18 LT	ud	60	R\$ 392,50	R\$ 23.550,00
383	TINTA ESMALTE EXTRA RÁPIDA 3,6 ml	ud	50	R\$ 151,00	R\$ 7.550,00
384	TINTA ESMALTE EXTRA RÁPIDA 900 ml	ud	5	R\$ 46,47	R\$ 232,35
385	TINTA LATEX ACRIL. 18 lt EXTERNA REDIMENTO 450A 500 ² mt	ud	60	R\$ 239,00	R\$ 14.340,00
386	TINTA LATEX ACRIL. INT.REDIMENTO 250 A 300 ² mt	ud	50	R\$ 91,18	R\$ 4.559,00
387	TINTA PISO (GALÃO) 3.6 ml	ud	20	R\$ 56,03	R\$ 1.120,60
388	TORNEIRA BOIA 1/2 P/ CAIXA D'ÁGUA	ud	5	R\$ 12,60	R\$ 63,00
389	TORNEIRA BOIA 3/4 P/ CAIXA D'AGUA	ud	10	R\$ 12,60	R\$ 126,00
390	TORNEIRA DE FILTRO ALAVANCA SUPERIOR	ud	5	R\$ 9,50	R\$ 47,50
391	TORNEIRA DE JARDIM PLÁSTICA PRETA 1/2	ud	10	R\$ 4,18	R\$ 41,80
392	TORNEIRA DE JARDIM PLÁSTICA PRETA 3/4	ud	10	R\$ 4,18	R\$ 41,80
393	TORNEIRA DE TANQUE / JARDIM LUXO 1/4	ud	10	R\$ 36,68	R\$ 366,80
394	TORNEIRA INOX PARA PIA TIPO 1162	ud	10	R\$ 121,00	R\$ 1.210,00
395	TORNEIRA PLASTICA 15CM PARA PIA COM CHUVEIRO	ud	10	R\$ 8,45	R\$ 84,50
396	TRELIÇA FERRO AÇO NERVURADO 6 m	ud	30	R\$ 42,25	R\$ 1.267,50
397	TRENA EM AÇO DE 5 MT	ud	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00
398	TRENA EM FIBRA ABERTA 50 MT	ud	5	R\$ 111,00	R\$ 555,00
399	TRINCHA DE 1.1/2	ud	10	R\$ 5,80	R\$ 58,00
400	TRINCHA DE 2"	ud	15	R\$ 7,00	R\$ 105,00
401	TRINCHA DE 4"	ud	10	R\$ 21,40	R\$ 214,00
402	TUBO ELETRODUTO 3/4	ud	30	R\$ 13,68	R\$ 410,40
403	TUBO METALON GALV. 20 X 20 COM 6 m	ud	50	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
404	TUBO METALON GALV. 30 X 30 COM 6 m	ud	30	R\$ 71,42	R\$ 2.142,60
405	VALVULA LAVATORIO (PLASTICO E INOX)	ud	10	R\$ 12,00	R\$ 120,00
406	VALVULA PARA MICTORIO	ud	5	R\$ 94,50	R\$ 472,50
407	VASSOURA PRA FOLHA COM CABO	ud	10	R\$ 24,50	R\$ 245,00
408	VASSOURÃO COM CABO P/ GARI	ud	20	R\$ 27,40	R\$ 548,00
409	VEDA CALHA 280g	ud	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
410	VEDANEL DE CERA P/ BACIA	ud	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00
411	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 10 mm 12 m	ud	50	R\$ 59,41	R\$ 2.970,50
412	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 12,5 mm 12 m	ud	150	R\$ 105,00	R\$ 15.750,00
413	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 5 mm 12 m	ud	60	R\$ 19,43	R\$ 1.165,80
414	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 6,3 mm 12 m	ud	200	R\$ 28,00	R\$ 5.600,00
415	VERGALHÃO AÇO NERVURADO 8 mm 12 m	ud	60	R\$ 39,50	R\$ 2.370,00
416	ZARCÃO COM 3,6 ml	ud	20	R\$ 90,50	R\$ 1.810,00
TOTAL					R\$ 852.958,97

1.2 Valor global para o referido item corresponde ao valor de R\$ 852.958,97 (oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos). referente aos 416 itens.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1 A aquisição objetivada pelo presente processo licitatório visa o atendimento a demanda de reparos ou consertos em geral, incluindo a parte elétrica, manutenção da estrutura dos prédios, hidráulica, vidros e pintura, voltada à manutenção dos prédios públicos que fazem parte da Prefeitura Municipal de Tabira, garantindo a regularidade das atividades administrativas desempenhadas pelos referidos órgãos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.



3.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de bens, com fulcro no § 3º, Artigo 1º, do Decreto 10.024, de 20 de setembro 2019, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado, conforme segue:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...] omissis.

§ 3º **Para a aquisição de bens** e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega do(s) veículos é de **30 (trinta) dias corridos**, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município, o local de entrega será na Prefeitura Municipal de Tabira situada na Rua Albertina Xavier Pires, Nº 239, Centro, Tabira – PE CEP: 56780-000.

4.1 O(s) veículos poderá (ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3 O(s) veículos serão recebidos provisoriamente por servidor(a) designado(a) pela SECRETARIA SOLICITANTE, após conferência da Nota fiscal com a proposta de preços e Termo de Referência, Anexo I, e conseqüentemente realizando a aceitação.

4.5. O(s) veículos poderão ser rejeitados quando em desacordo com o exigido neste Edital e seus anexos.

4.6. Ainda que seja recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da contratada pela validade do objeto.

4.7. A contratada deverá fazer a entrega do (s) veículos no endereço indicado na Autorização de Fornecimento/expedição da Ordem de Compras, de segunda a sexta feira no horário de funcionamento normal do órgão.

4.8. O(s) produto (s)deverá ser entregue adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

4.9. Quando for o caso, os volumes contendo o (s) veículos deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2 Os produtos/bens deverão estar em estrita conformidade com as normas definidas pelo INMETRO, conforme o caso:

6.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 DO PAGAMENTO.

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

10.14 Financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11 DO REAJUSTE.

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada ou contratante, os preços contratados poderão sofrer reajuste de acordo com os ajustes decorrentes de altas em itens que variam muito de mercado tais como: papel, lápis, clips dentre outros.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que

13.1.1 não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

13.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;

13.1.3 apresentar documentação falsa;

13.1.4 causar o atraso na execução do objeto;

13.1.5 não mantiver a proposta;

13.1.6 falhar na execução do contrato;

13.1.7 fraudar a execução do contrato;

13.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.9 declarar informações falsas; e

13.1.10 cometer fraude fiscal.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;

13.2.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTOS, pelo prazo de até cinco anos;



13.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Decorrente da Lei que dispõe sobre o Orçamento Público Municipal para o exercício financeiro de 2024:

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira

Unidade: 20.200 Secretaria Municipal de Administração

Ação: 04.122.2001.2.007 - Manutenção dos Atividades da Administração Geral

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira

Unidade: 20.400 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Ação: 15.451.2006.2.062 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras e Urbanismo



Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira

Unidade: 20.500 Secretaria Municipal de Agricultura

Ação: 20.608.2010.2.071 - Gestão Administrativa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira

Unidade: 20.600 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte

Ação: 13.392.2001.2.073 - Gestão Administrativa da Secretaria de Cultura Artes e Desportos

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira

Unidade: 20.900 Secretaria Municipal de Juventude e Meio Ambiente

Ação: 18.541.2008.2.102 - Manutenção da Secretaria de Juventude e Meio-ambiente

Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

15. CONDIÇÕES GERAIS.

15.1. Os materiais adquiridos objeto desta licitação deverá ser fornecidos; nos termos do Art. 73, inc. II, alíneas A e B, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, salvo os casos elencados no Art. 74 do mesmo diploma legal.

15.2. Prazo De Fornecimento: Durante A Vigência Do Contrato;

15.3. Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias consecutivos.

15.4. A responsabilidade pelas cotações de preços / pesquisas de preços são das secretarias demandante.

Tabira-PE, 12 de março de 2024

Maria Claudenice Pereira de Melo Cristóvão
Prefeita



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

SESSÃO PÚBLICA: 27/03/2024, às 08h30min.

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de fantasia:	
Razão social:	
CNPJ:	
Insc. Est.:	
Optante pelo simples? Sim () não()	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Contato da licitante:	Telefone:
Banco da licitante:	Conta bancária da licitante:
Nº DA AGÊNCIA:	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						

A empresa: Declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento do material ou produto (s) em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo I) do edital desse processo.
- 4 Que **NÃO POSSUI** como sócio, gerente e diretores, servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- 5 Que o prazo de início da entrega dos itens será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, na Rua Eduardo Domingos de Lima, Nº 455, Centro, Tabira – PE CEP: 56780-000 todos os itens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

...../UF, de..... de 2024.

.....
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE
INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

....., Portador do RG, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente,, CNPJ....., declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

...../UF, de..... de 2024.

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

....., Inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a)
....., portador(a) da carteira de identidade nº E CPF nº....., declara, para fins do
disposto no inc. V do art. Nº 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

...../UF, de..... de 2024

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** quanto a participar ou não da referida licitação;

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

E) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município de TABIRA-PE, antes da abertura oficial das propostas; e

F) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

...../UF, de..... de 2024

.....
REPRESENTANTE LEGAL



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

...../UF, de..... de 2024

.....
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

.....
NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC:



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE

AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o sr....., portador da carteira de identidade nº..... E do CPF nº, declara não ter recebido do Município de/UF ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

...../UF, de..... de 2024.

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Licitação Exclusiva para ME ou EPP, Conforme Lei Complementar 123/2006 e 147/2014

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A(razão social da empresa), CNPJ nº....., localizada à
....., declara, em conformidade com a lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para
habilitação para este certame licitatório **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABIRA-PE – PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 007/2024**

...../UF, de..... de 2024

.....
REPRESENTANTE LEGAL



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.200 Secretaria Municipal de Administração
Ação: 04.122.2001.2.007 - Manutenção dos Atividades da Administração Geral
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.400 Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Ação: 15.451.2006.2.062 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras e Urbanismo
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.1000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.500 Secretaria Municipal de Agricultura
Ação: 20.608.2010.2.071 - Gestão Administrativa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.600 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte
Ação: 13.392.2001.2.073 - Gestão Administrativa da Secretaria de Cultura Artes e Desportos
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Órgão: 20.000 Prefeitura Municipal de Tabira
Unidade: 20.900 Secretaria Municipal de Juventude e Meio Ambiente
Ação: 18.541.2008.2.102 - Manutenção da Secretaria de Juventude e Meio-ambiente
Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recursos: 500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1 O pagamento será efetuado de forma integral conforme a entrega da máquina, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Secretário Competente ou funcionário designado pela mesma para este fim e com recibo em anexo;

15.1.10 pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

5.2 A Nota Fiscal/Fatura da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere o direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

5. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

5.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.



9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

11.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

12.1. É VEDADO À CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

14.3. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Tabira - PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Tabira-PE, ... de de 2024

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

CPF:

PELO CONTRATADO

CPF: